

Greve expõe marca da gestão Zago-Vahan: intransigência!

Caráter punitivo e perverso do pacote reitoral (“Estatuto do Docente” e “Nova CPA”) foi o estopim do movimento. Em agosto, a luta continua!

A greve das três universidades, em função da campanha de data-base, foi deflagrada por funcionários técnico-administrativos, estudantes e docentes em diferentes momentos e, no caso dos docentes da USP, teve início em 30/5. Com uma pauta unificada, em defesa da universidade pública, uniam-se mais uma vez as três categorias que compõem a comunidade acadêmica. O Fórum das Seis avaliou que a magnitude do ataque ao caráter público das universidades estaduais, aliada a uma forte indisposição dos reitores, e especialmente da Reitoria da USP, para discutir e negociar, tinha assumido uma dimensão que exigia uma reação à altura.

A greve possibilitaria a oportunidade de uma discussão mais aprofundada entre os colegas sobre o processo de desmonte a que estamos submetidos, bem como sobre a necessidade de ampliar a dotação orçamentária da Educação (e, em particular, das universidades) e de defender nossos salários e condições de trabalho, essenciais para a manutenção da qualidade das atividades que exercemos.

No caso dos docentes da USP, somava-se a esse quadro outra questão: a proposta da Reitoria de “Estatuto do Docente” e “Nova CPA”, com previsão inicial de ser votada na reunião do Conselho Universitário (Co) de 28/6. Acreditamos que a proposta em si, conjugada à falta de discussão ampla e democrática de suas implicações no cotidiano dos docentes, foi o estopim para a deflagração da greve.

Muitos colegas podiam até estar relutantes em aderir à greve, por não acreditarem ser possível conquistar um reajuste mais ex-

pressivo em uma conjuntura econômica adversa como a atual, mas não estavam dispostos (e seguem não estando) a aceitar calados a implantação de uma proposta que pretende destruir a autonomia acadêmica do trabalho docente, pilar fundamental para o desenvolvimento adequado das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Assim, deflagrada a greve, diretoria e Comissão de Mobilização deram início a um trabalho de visita às unidades, de conversas com colegas, diretores e representantes de congregações junto ao Co, visando à discussão da proposta da Reitoria e à subsequente retirada de pauta.

A Adusp produziu amplo material de análise da proposta, divulgado ao conjunto dos docentes e encaminhado às unidades. Muitas congregações e conselhos departamentais manifestaram-se contrariamente à proposta (vide p. ex. *Informativo Adusp 420*: <http://goo.gl/GhCjCS>) — e, diante da pressão generalizada, a Reitoria retirou o assunto da pauta do Co de junho, mas já anunciando que será incluído na pauta da reunião de agosto (que pressa!). A nosso ver, essa foi uma primeira vitória do movimento grevista.

Merece destaque o encontro de

professores ocorrido em 6/6, no Centro de Difusão Internacional (CDI). Evento organizado pelos representantes docentes no Co, com apoio da Reitoria, teve como tema a questão da carreira, ou seja: os documentos “Estatuto do Docente” e “Regimento Interno da CPA”. Representantes da gestão M.A. Zago-V. Agopyan, autores do projeto, ouviram não apenas a fundamentada e impactante análise crítica do professor Ciro Correia, que falou em nome da Adusp (e foi ovacionado por centenas de colegas), mas igualmente as manifestações de muitos professores, que fizeram questão de se inscrever para registrar sua desaprovação às minutas (vide <http://goo.gl/Igkcbv>). Por algum motivo, o compromisso da Reitoria de divulgar o vídeo do evento não foi cumprido, até o momento em que fechávamos esta edição.

Reajuste de 3%. No que se refere à campanha salarial de data-base, na primeira reunião de negociação o Cruesp propôs um reajuste de 3%, alegando não ter condições de oferecer nada além disso e tendo a Unesp avisado que nem esse índice teria condições de garantir a seus servidores. O Fórum das Seis insistiu na ne-

cessidade de, em tempos difíceis, priorizar o investimento nos funcionários e professores, condição essencial para o funcionamento adequado das universidades.

As assembleias das categorias em greve, unanimemente, rejeitaram esse percentual, insistindo — pelo menos — na reposição da inflação do período. Na reunião seguinte, os reitores encerraram unilateralmente as negociações, sob veemente protesto dos representantes do Fórum das Seis.

Se a situação financeira é assim tão grave, não caberia ao Cruesp lutar pelo aumento do percentual destinado às universidades na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2017?

Sob insistência do Fórum, ao final da greve de 2014 os reitores propuseram que o percentual de repasse às universidades fosse aumentado para 9,907% do ICMS-QPE, mas coube ao próprio Fórum, mais uma vez, a tarefa de garantir que — além da reivindicação de aumento para 10% do “total do produto” do ICMS-QPE, apoiada pelo movimento — também a do Cruesp fosse efetivamente contemplada na forma de emenda ao projeto de LDO-2017 do Executivo.

continua na p.2



Cabe lembrar que o reitor da USP só esteve presente à primeira reunião com as entidades, que não tratou do índice de reajuste. Sequer contou-se com a presença do vice-reitor, sendo a USP representada nas reuniões de negociação por pró-reitores. Após muita insistência do Fórum, foi agendada uma reunião com a Comissão Técnica do Cruesp, que tinha por objetivo esclarecer diversos pontos do orçamento das universidades, na qual expuseram a situação de arrecadação do ICMS, que diminuiu em abril, em relação aos primeiros meses do ano.

Corte de ponto. Não bastasse ter encerrado unilateralmente as negociações com o Fórum das Seis, em seguida, a Reitoria da USP intensificou as ameaças (algumas já cumpridas) de corte no ponto dos funcionários técnico-administrativos e desconto nos seus salários. As entidades protestam mas, em diferentes unidades da USP, funcionários que recebem os menores salários sofreram descontos já no início do mês de junho. A ameaça permanece. A gestão M.A.Zago-V. Agopyan é reincidente numa prática ilegal que já lhe custou enorme repercussão do Tribunal Regional do Trabalho (TRT-2) quando da greve de 2014 (<http://goo.gl/OjYQ3c>).

Conseguiu-se agendar para 24/6 uma reunião entre Reitoria, representada pela Comissão Permanente de Relações do Trabalho (Copert), e funcionários técnico-administrativos, para tratar da questão do corte de ponto. A Adusp se propôs, com a concordância do Sintusp, a enviar representante para acompanhar a reunião, na qualidade de observador. Ao comunicar previamente essa intenção à Reitoria, teve como resposta: NÃO! A Reitoria recusou-se a aceitar a presença da Adusp na reunião.

Aliás, não há novidade em docentes não serem bem-vindos na Reitoria nesta gestão. Se não, vejamos. Após realizarem uma assembleia em 14/6, os docentes encaminharam-se até a Reitoria, pleiteando ser recebidos para cobrar a resposta a duas solicitações de reunião. Ao chegarem ao prédio, até mesmo em pequena comissão, foram impedidos de entrar. Após muita insistência, um funcionário, por uma fresta, recebeu cópias dos ofícios; quase uma hora depois e por meio do mesmo funcionário, chega a resposta: as duas solicitações estavam negadas. E pensar que M.A. Zago-V. Agopyan alardeavam o diálogo com a comunidade como

elemento central de seu programa de gestão...

A tamanha intransigência, respondemos com a manutenção da greve. O movimento passou a organizar várias manifestações, visando a pressionar Reitoria e governo estadual a negociarem. No dia 15/6, o Fórum das Seis realizou caminhada seguida de ato no Palácio dos Bandeirantes (vide <http://goo.gl/VJWSx1>), e na semana seguinte nova rodada de assembleias manteve a greve. A Assembleia da Adusp de 21/6 aprovou, por unanimidade, o apoio da entidade às Cotas Raciais e Sociais, ponto central da pauta do movimento estudantil (vide <http://goo.gl/FOSKPX>).

Realizamos novo ato na Reitoria em 22/6 para entregar a pauta comum das três categorias da USP, com resultado semelhante: uma funcionária recebeu o documento, mas o chefe de gabinete só se dignou a aparecer quando soube da presença do deputado Carlos Gianazzi (PSOL) — e conversou apenas com ele, negando-se a receber os representantes do movimento. Na tarde daquele mesmo dia, um expressivo ato/debate sobre o direito de greve teve lugar no vão da História (vide p. 3), enquanto representantes do Fórum das Seis acompanhavam a reunião da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento (CFOP) da Alesp.

Ausência natural? Na quinta-feira, 23/6, a Frente Parlamentar em Defesa das Universidades Públicas da Alesp promoveu audiência pública para debater o financiamento das universidades e mais uma vez o Fórum das Seis se fez presente para discutir com deputados e com o Cruesp. Por parte dos reitores, compareceram o vice-reitor da Unicamp e o reitor da Unesp (vide p.4). Onde estavam M.A.Zago e V. Agopyan? Ambos, vejam só, preferiram prestigiar o lançamento do “Centro de Pesquisa em Bem-Estar e Comportamento Humano”, financiado pela Fapesp e pela empresa Natura. Em magnífica demonstração de descaso quanto às questões relativas ao financiamento da USP, não cuidaram para que a Reitoria estivesse sequer representada na audiência da Alesp.

Na mesma tarde, mesa organizada por DCE-Livre, Sintusp e Adusp para tratar de Cotas Raciais contou com a participação de Jupira Castro, do Núcleo de Consciência Negra da USP, e Silvio Almeida, do Instituto Luis Gama. Na ocasião, aprofundou-se a compreensão do papel das Cotas Raciais no processo de democratização

da sociedade (em breve, disponível na íntegra no site da Adusp).

A Assembleia de 27/6, mais uma vez aprovou a continuidade da greve. Considerou que o movimento ainda tinha tarefas a cumprir, especialmente quanto a evitar o corte de ponto dos funcionários e à votação da LDO na Alesp.

Nova manifestação na Alesp, em 29/6, contou com a presença de cerca de 500 estudantes, funcionários e docentes das três Universidades. Visava a pressionar a CFOP a incluir no seu relatório emendas destinando percentuais maiores que os atuais 9,57% do ICMS às universidades públicas paulistas. Mas não foi o que ocorreu: em uma sessão que durou menos que 5 minutos, o rolo compressor da bancada governista aprovou o texto do relatório, deixando de fora todas as emendas propostas. Mais uma vez, o executivo fez valer sua vontade. (<http://bit.ly/29cSz38>). Até o fechamento desta edição, a LDO ainda não havia sido votada.

Na assembleia dos docentes realizada em 30/6, decidimos, por ampla maioria, pelo encerramento da greve, na certeza de que a luta contra o desmonte será longa e exigirá de todos nós muita disposição, especialmente no segundo semestre. Consideramos ser o momento de recompor nossas forças, buscando convencer mais colegas a juntar-se a nós nesse esforço de defesa da universidade pública.

O movimento grevista que se encerra deixou claro que a dupla M.A. Zago-V. Agopyan não está à altura dos cargos que hoje ocupa. Afinal, qual o papel do Reitor de uma universidade pública? Desqualificar seu corpo docente na mídia? Substituir as reuniões do Co por encontros restritos aos diretores de unidades? Pressionar diretores a cortar o ponto de funcionários em greve? Acomodar-se diante de um crise de financiamento sem precedentes, optando por arrochar salários de docentes e servidores? Aprofundar o desmonte da universidade, desobrigando-se do HU e das creches, ao mesmo tempo em que se omite na luta por mais recursos para as universidades e para a educação? Furtar-se ao diálogo e à negociação? Propor modificações profundas na carreira dos docentes e nos processos de avaliação, sem ampla discussão prévia com o conjunto dos professores sobre o que as motivou? Tratar estudantes e funcionários como caso de polícia e, para isso, facilitar e apoiar ações violentas da PM nos prédios do Crusp, em blocos onde crianças já dormiam com seus

pais?

Este é o Reitor que temos. Até quando? A estrutura absolutamente hierarquizada, fechada e antidemocrática da USP faz com que, a cada quatro anos, o processo sucessório na Reitoria troque seis por meia dúzia. Dizemos sempre que será impossível piorar... mas sempre piora! E esta gestão só reforça esse sentimento, ou melhor dizendo, essa certeza. Sem democratizar a estrutura da universidade, não avançaremos na luta em defesa da universidade pública de qualidade para todos.

Apesar de forte em algumas unidades, é importante mencionar que a greve dos docentes da USP não foi uma unanimidade, nem foi ampla como precisaria ter sido para enfrentar o desmonte da USP em curso. Mesmo assim, possibilitou que ampliássemos o debate e obteve uma vitória importante, ao forçar a Reitoria a retirar da pauta de junho a proposta de avaliação e da “Nova CPA”. Mas não nos iludamos: agosto está aí e essa proposta faz parte de um projeto mais amplo, que visa a tratar o Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP) não como regime preferencial de trabalho na USP, mas como um prêmio destinado a parcela dos docentes. Projeto esse que pensa a avaliação não como um processo contínuo que — a partir de critérios claros e democraticamente estabelecidos — destine-se a aprimorar e corrigir rumos acadêmicos, mas sim como instrumento de controle e punição de docentes que não se adequem ao modelo imposto pela Reitoria, de modo a não lhes permitir a ascensão na carreira — e, pior, de modo a lhes retirar o RDIDP, regime essencial para o desenvolvimento adequado do trabalho acadêmico de qualidade.

Pretende-se, assim, impor um modelo de universidade cada vez menos plural e menos democrático, conseqüentemente menos rica nos seus mais diversos âmbitos. Por sua vez, o movimento continuará empenhado em reforçar o caráter público e gratuito da USP; em democratizar o acesso a ela e aprimorar os mecanismos de permanência estudantil; em lutar por mais verbas para educação em geral e para as universidades estaduais, para que possam cumprir adequadamente suas funções.

O segundo semestre exigirá um corpo docente unido e forte para enfrentar uma disputa entre dois projetos de universidade efetivamente antagônicos. Temos imensa responsabilidade nesse embate. Não nos furtaremos a ela!

Sequer o chefe de gabinete do reitor recebe representação das categorias

Na FFLCH, ato-debate sobre Direito de Greve conta com juristas e representantes do funcionalismo público estadual e federal

No dia 22/6, ocorreram na Cidade Universitária do Butantã, em São Paulo, dois atos que mobilizaram as categorias em greve. O primeiro deles, realizado em frente à Reitoria, tinha por objetivo protocolar um documento com as pautas comuns dos docentes, funcionários técnicos-administrativos e estudantes. O segundo, o ato-debate “Em Defesa do Direito de Greve e Manifestação”, chamado pela Adusp, Sintusp e pelo Grupo de Pesquisa Trabalho e Capital da USP, teve lugar no vão do prédio da História e Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). Centenas de pessoas participaram das atividades.

A carta conjunta das três categorias solicita da Reitoria o agendamento de uma reunião para tratar de assuntos como os cortes de pontos de funcionários em greve, a repressão da Polícia Militar a estudantes e trabalhadores, o desmonte da Universidade, a adoção de cotas, as políticas de permanência estudantil, a recomposição dos quadros de docentes e funcionários, a retirada das propostas do “Estatuto do Docente” e da “Nova CPA” e a ameaça de despejo do Sintusp de sua sede.

Porém, o chefe de gabinete da Reitoria, Thiago Liporaci, recusou-se a receber uma comissão formada por nove pessoas (sendo três representantes de cada categoria) que entregaria o documento, alegando não ser necessário, já que uma reunião de negociação estaria agendada para 24/6 — na verdade, tratava-se de uma reunião com representantes do Sintusp que discutiria a questão dos cortes de pontos.

O deputado Carlos Giannazi (PSOL) tentou intermediar a entrega da carta, solicitando pessoalmente a Liporaci que ao menos recebesse uma comissão de três membros (um para cada entidade representativa) para conversar sobre as pautas da carta conjunta. Mas, embora tenha sido recebido pelo chefe de gabinete, o parlamentar não conseguiu convencê-lo a fazer entrar a comissão. Finalmente, Liporaci concordou em descer à entrada do prédio para

receber a carta, mas limitou-se a protocolar o documento, negando-se a agendar qualquer reunião de negociação ou discutir qualquer uma das pautas.

Direito de greve. Da Reitoria, os manifestantes se encaminharam ao vão do prédio da História e Geografia, na FFLCH, onde ocorreria o ato-debate sobre o direito de greve. Mediado por Jorge Luis Souto Maior, juiz do trabalho e docente da Faculdade de Direito (FD), o encontro reuniu representantes de entidades sindicais, movimentos sociais, associações de juristas, juízes e advogados, para discutir e relatar as experiências das diversas categorias de trabalhadores em suas greves e como estes têm enfrentado as diversas formas de repressão às suas mobilizações. “Os problemas enfrentados por uma categoria específica de trabalhadores são problemas que atingem toda a classe trabalhadora e essa identidade deve ser percebida, inclusive para retomar algo importante que é o espírito de solidariedade”, disse Souto Maior, justificando a importância do ato/debate.

O jurista Hugo Cavalcanti Melo Filho, professor da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco, afirmou que os atuais ataques aos direitos trabalhistas não são exclusivos do Brasil: “Eles se manifestam em outros países e têm causado problemas e preocupações de grande monta, para todos os que defendem a democracia e os direitos sociais”. Hugo reitera que o “golpe de Estado que está se perpetrando no Brasil não tem outro objetivo se não aprofundar ainda mais a redução de direitos sociais, conquistados a duras penas e durante tantas décadas no nosso país”.

Jeruza Maria Souza Costa, representante do Sindicato Nacional dos Trabalhadores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), denunciou a situação de precarização do funcionalismo público no país ao apontar que mais de 30% dos servidores do instituto se aposentaram em 2015 e que servidores temporá-



Fotos: Daniel Garcia

Mais uma vez, docentes da USP são impedidos de entrar na Reitoria



Ato-debate na FFLCH sobre o direito de greve: apoios externos

rios já compõem 54% da categoria. “Esses servidores trabalham por três anos e só têm direito a um terço do salário do servidor efetivo, mesmo desenvolvendo as mesmas atividades”. Ela diz ser “lastimável” a situação do IBGE, que sofre com a “grande ameaça de ser privatizado”. “Estamos sofrendo toda a sorte de ataque nos direitos e nas condições de trabalho. Precisamos encontrar um forma de nos livrarmos dessa opressão que é cada vez mais dura”.

A necessidade da greve como método de mobilização foi evidenciada na fala de Raquel Morel Gonzaga, diretora do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo (Sintrajud), ao relatar a defasagem salarial enfrentada pela categoria. “Conseguimos, através de uma luta unificada, uma pequena reposição salarial no ano de 2012. Fizemos uma luta unificada com os servidores públicos federais e conseguimos diminuir um pouco a defasagem salarial”. Porém, assinalou Raquel, registrou-se maior perseguição ao direito de greve por parte do Judiciário. Em 2014, uma liminar tentou impedir uma greve da categoria naquele ano, estabelecendo multas não só para o sindicato, “mas para os trabalhadores que ousassem não obedecer a própria justiça na qual eles trabalham”.

Corte de ponto. Guilherme Guimarães Feliciano, docente da FD, afirmou que existe uma “enorme dificuldade” para convencer os juizes do trabalho de que a paralisação é um instrumento necessário para se fazer garantir direitos: “Se juizes não forem capazes de lutar pelos próprios direitos, eu passo a me preocupar com os direitos dos cidadãos que são julgados por esses juizes”. Segundo ele, o direito de greve “é um direito constitucionalmente assegurado e ele não só pode, como deve ser exercido”. Guilherme comenta que medidas repressivas, como a ameaça da Reitoria de corte de ponto dos funcionários técnicos-administrativos da USP, “são mecanismos utilizados para arrefecer o exercício do direito constitucional de greve”.

O professor Osvaldo Coggiola, chefe do Departamento de História da FFLCH, colocou-se veementemente contra o corte de ponto. Quando se atacam direitos trabalhistas, “ataca-se toda a sociedade”, avaliou o docente, lembrando que o direito de greve não existiria sem o “conflito entre capital e trabalho” e que “o Estado se viu obrigado a reconhecer que os interesses do capital e dos trabalhadores são conflitivos” e, portanto,

continua na p.4

Audiência pública de 23/6 na Alesp

Organizada pela Frente Parlamentar em Defesa das Universidades Públicas e conduzida pelos deputados estaduais Carlos Neder (PT) e Carlos Giannazzi (PSOL), a audiência pública realizada na Assembleia Legislativa (Alesp) em 23/6 debateu a atual situação de financiamento da USP, Unesp e Unicamp, bem como as propostas para a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2017 (LDO-2017), prestes a ser votada.

Compuseram a mesa o reitor da Unesp, Julio Cezar Durigan, e o vice-reitor da Unicamp, Álvaro Penteadro Crósta; os professores César Minto, João da Costa Chaves e Paulo Centoducatte, presidentes, respectivamente, da Adusp, Adunesp e Adunicamp; João Carlos Camargo de Oliveira, coordenador do Sintunesp, Marcílio Ventura (STU) e Denise Rikala (Sinteps); e a estudante Carolina Fernandes, do comando de greve da Unesp de Araraquara. O reitor da USP, M.A. Zago, não compareceu à audiência nem enviou representante.

O reitor da Unesp, Durigan, e o vice-reitor da Unicamp, Álvaro Crósta, falaram da importância das universidades estaduais paulistas para o desenvolvimento econômico do Estado de São Paulo, bem como da questão da expansão das duas universidades, sem o devido incremento em seus orçamentos.

“As atividades expandiram-se, sem a correspondente expansão de pessoal e sem fonte de recursos adicionais. Nosso pleito é que o repasse de 9,57% da arrecadação do ICMS para as universidades seja elevado para 9,907%”, apontou Crósta, que também comentou a necessidade de que a elevação do repasse às universidades seja incorporada à LDO de 2017, “mas que seja feito já a partir de 2016”. Durigan, por sua vez, afirmou que a Unesp “quer continuar traba-



Exposição do professor Miraglia sobre financiamento

lhando dentro da filosofia de atender o maior número possível de alunos, com qualidade de ensino e pesquisa em todo o Estado, mas precisa ter a correspondente contrapartida para que o trabalho seja feito a contento e com qualidade”.

O professor Francisco Miraglia, da diretoria ampliada da Adusp, recorreu a uma exposição para explicar o esquema de repasse a partir do ICMS às universidades. Ele demonstrou como a transferência de recursos destinados à USP, Unesp e Unicamp é “insuficiente” para manter suas funções de ensino, pesquisa e extensão. Antes de repassar os 9,57% do ICMS-Quota Parte do Estado às universidades, o governador subtrai da base de cálculo itens como Habitação e diversas alíneas da arrecadação referentes a multas e juros, bem como abate a receita da dívida ativa do ICMS e os descontos da Nota Fiscal Paulista. Dessa forma, apenas em 2014 e 2015, a base de cálculo foi reduzida em cerca de R\$ 6 bilhões. E, até maio de 2016, este montante já atinge R\$ 1,1 bilhão.

Sobrecarga. Miraglia enfatizou ser fundamental que o texto da LDO/2017 incluía a expressão “do total do produto do ICMS”, garantindo que a base de cálculo das universidades estaduais seja idêntica à dos municípios. “Fizemos várias propostas de emendas

à LDO-2017, mostrando a disposição de negociação e diálogo, que o Fórum das Seis sempre trouxe para o debate na Alesp”. Pontuou ser necessário discutir “do ponto de vista estrutural e não só conjuntural” a crise que devasta tais instituições de ensino, que só conseguem manter o patamar de qualidade que sempre tiveram, “às custas de um enorme esforço e grande sobrecarga de trabalho da comunidade universitária”. “Destruir as universidades estaduais paulistas é um prejuízo que pode levar muitas gerações para ser reparado”.

O professor Minto comentou que, nas últimas décadas, o Fórum das Seis tem argumentado a necessidade de um maior aporte de recursos para as universidades, a fim de “garantir que as atividades de ensino, pesquisa e extensão sejam realizadas com a qualidade que a população paulista merece”. O presidente da Adusp também informou que a proposta histórica do Fórum das Seis (de elevação do percentual de repasse do ICMS-Quota Parte do Estado para 11,6%) tem sido “sistematicamente negada pelo governo do Estado” e que tal “descaso vem se repetindo ao longo dos anos”.

O presidente da Adunesp destacou que o cenário de crise vivida pelas universidades estaduais paulistas “está dentro de um con-

texto nacional de precarização da saúde e educação”. Chaves citou o Projeto de Lei Complementar 257 (PLP 257/16), que busca manter o pagamento de juros e amortizações da dívida ao sistema financeiro e aumentar a arrecadação da União, atingindo diretamente o serviço público e programas sociais. Trata-se, disse, de diminuir os recursos para a educação e de “asfixiar” as universidades.

O professor Centoducatte, da Adunicamp, criticou aqueles que atribuem a crise de financiamento das universidades estaduais paulistas à crise nacional, apontando que o Fórum das Seis já havia “alertado que este momento iria chegar”. A crise nacional, disse ele, “já era esperada” e “só veio intensificar” a situação vivida hoje pelas universidades. Para ilustrar sua tese, apresentou alguns dados, como a folha de aposentados, paga com os recursos investidos na Unicamp (e não do Tesouro estadual, como deveria ocorrer) e que hoje corresponde a 32% do total da folha de pagamentos. Centoducatte informou ainda que a Unicamp aumentou o número de vagas para estudantes, com impacto nas despesas, mas sem a correspondente ampliação do quadro docente e de técnicos-administrativos. “Se não houvesse a crise econômica, esse problema das universidades apareceria daqui a dois anos”, assegurou.

Representantes de entidades ligadas às universidades e a outros setores da educação também se pronunciaram, apresentando as situações de precariedade nas instituições de ensino e cobrando a reabertura das negociações por parte do Cruesp, o fim da repressão policial a estudantes e servidores, uma maior atenção à política de permanência estudantil, a adoção de cotas raciais e sociais e o fim do desmonte das três universidades estaduais paulistas.

Continuação da página 3

“seria obrigado a reconhecer o direito de greve”.

Bruno Sperb Rocha, diretor do Sintusp, citou a entrevista que M.A. Zago deu à revista *Veja*, em que o reitor destaca a necessidade de “acabar com a dinâmica de sindicalismo na vida universitária”. Bruno diz que tal declaração se concretiza nas propostas de mudanças do regime docente, nos cortes de salários dos trabalhado-

res em greve, nos processos contra diretores do Sintusp e na ordem de desocupação da sede. “A Reitoria está mostrando até onde está disposta a ir, na tentativa de acabar com a organização sindical na universidade, inclusive botando fisicamente para fora dela o Sintusp. Nossa sede é o símbolo máximo desse enfrentamento ao intuito de acabar como o direito de greve e manifestação dentro da USP”.

Kimi Tomizaki, vice-presidente da Adusp, criticou a ausência do reitor da USP em reuniões entre Cruesp e Fórum das Seis e em outras mesas de negociação. Para ela, tais atitudes fazem parte “de um movimento mais complexo de ataques à universidade e aos direitos trabalhistas”, que estaria “invisibilizando” entidades como Adusp e Sintusp. “Não sentar à mesa de negociação é não respei-

tar o espaço onde se discute a nossa campanha salarial e nossas pautas unificadas”, protestou. Ao encerrar sua intervenção, Kimi mencionou a importância da unificação das três categorias: “Só venceremos o desmonte da universidade e os ataques aos direitos dos trabalhadores se unirmos nossas pautas e lutas, senão a gente não se sustenta. Separados, todos nós seremos destruídos”.